

ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

HEALTHY DIET AND FOOD INSECURITY IN BRAZIL

ALIMENTACIÓN ADECUADA E INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN BRASIL

Jose Weliton Aguiar Dutra¹
Alvaro Itauna Schalcher Pereira²
Francisco Adelton Alves Ribeiro³
Oswaldo Palma Lopes Sobrinho⁴

Resumo

O Brasil está entre os países emergentes que mais sofreram com o estabelecimento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV2), pois já enfrentava grave crise social e econômica. Além de problemas de saúde, que podem até levar à morte, a alimentação da população ficou comprometida diante da política adotada de isolamento social e da restrição na mobilidade urbana, o que influenciou na capacidade de aquisição e acesso aos alimentos, bem como nos hábitos alimentares. Considerando o escopo abrangente desta pesquisa, o presente ensaio analisa as questões relacionadas à alimentação adequada e à insegurança alimentar no Brasil antes, durante e após a pandemia. O percurso metodológico se deu com um delineamento descritivo de natureza qualitativa, empregando análise documental e bibliográfica em relação à alimentação e insegurança alimentar que emergem no âmbito nacional. Evidenciou-se o aumento da insegurança alimentar, assim como a tendência de aumento no consumo de alimentos ultraprocessados e a diminuição no consumo de alimentos *in natura*, ou minimamente processados. Por fim, destaca-se que ambos os problemas já estavam em crescimento e, com o estabelecimento da crise sanitária, observou-se uma intensificação que tende a se estabelecer diante do atual cenário social e econômico do país.

Palavras-chave: consumo de alimentos; covid-19; dieta; nutrição; ingestão de alimentos; saúde pública.

Abstract

Brazil is one of the developing countries that suffered the most during the public health emergency caused by the pandemic of the new coronavirus (SARS-CoV2), considering that the country was already in a serious social and economic crisis. In addition to the health problems that can lead to death, the policy of social isolation and the restriction of urban mobility have compromised the population's ability to acquire and access food, as well as their eating habits. Considering the broad scope of this research, this essay analyzes issues related to adequate diet and food insecurity in Brazil before, during and after the pandemic. The methodological approach was descriptive and qualitative in nature, using documentary and bibliographic analysis about adequate diet and food insecurity, a problem emerging at national level. There has been an increase in food insecurity, as well as a tendency to increase the consumption of ultra-processed foods and decrease consumption of fresh or minimally processed foods. Finally, the study noted that both problems were already on the rise, and, with the establishment of the health crisis, there has been an intensification that tends to establish itself in face of the country's current social and economic scenario.

Keywords: food consumption; covid-19; diet and nutrition; food intake; public health.

¹ Mestrando em Química pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4166-7560>. E-mail: welitudutra2@gmail.com

² Doutor em Engenharia e Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5415-9701>. E-mail: alvaro.pereira@ifma.edu.br

³ Doutor em Biotecnologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2850-8028>. E-mail: adelton@ifma.edu.br

⁴ Doutorando e Mestre em Ciências Agrárias-Agronomia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Rio Verde (IF Goiano). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4632-695X>. E-mail: engenheiroswaldopalma@gmail.com

Resumen

Brasil se encuentra entre los países emergentes que más sufrieron con el establecimiento de la emergencia de salud pública derivada de la pandemia provocada por el nuevo coronavirus (SARS-CoV2), pues ya enfrentaba una grave crisis social y económica. Además de los problemas de salud, que pueden llevar incluso a la muerte, la alimentación de la población se vio comprometida debido a la política adoptada de aislamiento social y de las restricciones a la movilidad urbana, lo que influyó en la capacidad de adquirir y acceder a alimentos, así como en los hábitos alimentarios. Considerando el alcance integral de esta investigación, este ensayo analiza cuestiones relacionadas con la alimentación adecuada y la inseguridad alimentaria en Brasil antes, durante y después de la pandemia. El recorrido metodológico siguió un diseño descriptivo de carácter cualitativo, utilizando análisis documental y bibliográfico en torno a la alimentación y la inseguridad alimentaria que emergen a nivel nacional. Hubo un aumento de la inseguridad alimentaria, así como una tendencia al aumento del consumo de alimentos ultraprocesados y una disminución del consumo de alimentos naturales o mínimamente procesados. Finalmente, se subraya que ambos problemas ya venían creciendo y, con la instauración de la crisis sanitaria, se observó una intensificación que tiende a establecerse ante el actual escenario social y económico del país.

Palabras clave: consumo de alimentos; covid-19; dieta; nutrición; ingesta de alimentos; salud pública.

1 Introdução

A pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV2), além de provocar a morte de milhões de pessoas em todo o mundo, acentuou realidades de populações negligenciadas no mundo. No Brasil, no ano de 2021, em um intervalo de apenas dois meses e 17 dias foram registradas 100 mil novas mortes pela covid-19, elevando o total para 300 mil desde o início da pandemia. Notou-se uma rápida aceleração em menos de três meses no Brasil, culminando no trágico marco de 500 mil óbitos, conforme relatório da Fiocruz (2021). Essa emergência de saúde pública agravou problemas no país, que já enfrentava uma crise econômica e social conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019).

Além dos impactos na saúde, a alimentação brasileira também sofreu impactos de diversas frentes: redução da renda das famílias pelo comprometimento da realização do trabalho informal; aumento do desemprego, que influenciou os preços dos alimentos; restrições na cadeia de abastecimento; redução da disponibilidade de alimentos em programas sociais; dificuldades de logística; escassez de mão de obra; problemas no fornecimento de insumos agrícolas; falta de garantia de acesso a uma alimentação adequada e saudável; mudanças nos hábitos alimentares; dificuldades no escoamento da produção; e incertezas do mercado. Além de tudo isso, os programas de combate à fome e à insegurança alimentar se tornaram mais urgentes em meio à crise pandêmica (Oliveira; Abranches; Lana, 2020; Sambuichi *et al.*, 2020).

Os níveis de empobrecimento da população tiveram expressivo aumento durante a pandemia de modo que se observaram milhões de brasileiros sendo empurrados para a linha da pobreza ou para pobreza extrema (Minayo, 2023). Dados obtidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que cerca de 81% da mão de obra mundial foi afetada

pelas medidas de isolamento e distanciamento social prejudicando principalmente aqueles que estabeleciam vínculos informais (Costa, 2020). Destacamos, aqui, a preocupante realidade do aumento significativo dos níveis de empobrecimento da população durante a pandemia. Essa situação teve repercussões particularmente severas para aqueles que dependiam de vínculos informais, acentuando as desigualdades sociais e econômicas. A combinação desses fatores ressalta a urgência de políticas e ações para mitigar os efeitos socioeconômicos adversos da pandemia, especialmente em segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Portanto, é necessário investigar os desdobramentos dessa realidade nacional, tendo em vista que ocorreram impactos na capacidade de aquisição e acesso a alimentos e nos hábitos alimentares dos brasileiros. Por outro lado, também é de fundamental importância comparar com o período anterior à ocorrência da crise sanitária no Brasil para estabelecer indícios e tendências visando diagnosticar a realidade brasileira em relação à segurança alimentar e nutricional ao longo dos períodos pré, durante e pós-pandemia.

Especificamente, o que as pesquisas demonstram sobre a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) da população brasileira? Ao tratar dessa problemática, cabe também outra pergunta: como está a alimentação da população brasileira? Essas duas questões já estiveram presentes anteriormente e foram afetadas significativamente no Brasil com o estabelecimento da pandemia de covid-19, visto que a pandemia impactou, entre outras coisas, a forma de se alimentar e de adquirir alimentos (Mattos; Guerin; Cate, 2023). Em síntese, destacou-se que a IAN no Brasil já era um problema antes da pandemia e que a crise de saúde pública agravou essa situação. As mudanças nos hábitos alimentares e as dificuldades econômicas decorrentes da pandemia impactaram significativamente a forma como as pessoas se alimentam e acessam alimentos no Brasil.

O percurso metodológico se deu com um delineamento descritivo de natureza qualitativa, empregando uma análise documental e bibliográfica sobre a alimentação e a insegurança alimentar que emergem no âmbito nacional. Por fim, ressalta-se que a pesquisa bibliográfica permite conhecer “[...] e analisar as contribuições científicas sobre um determinado assunto, tema ou problema [...] visa trazer novas contribuições aos grandes temas existentes” (Garcia, 2016, p. 293-294). Portanto, o estudo focou em recentes estudos e experiências, visando contribuir para as discussões, investigações e aprofundamentos na pesquisa.

2 (In)Segurança alimentar no Brasil

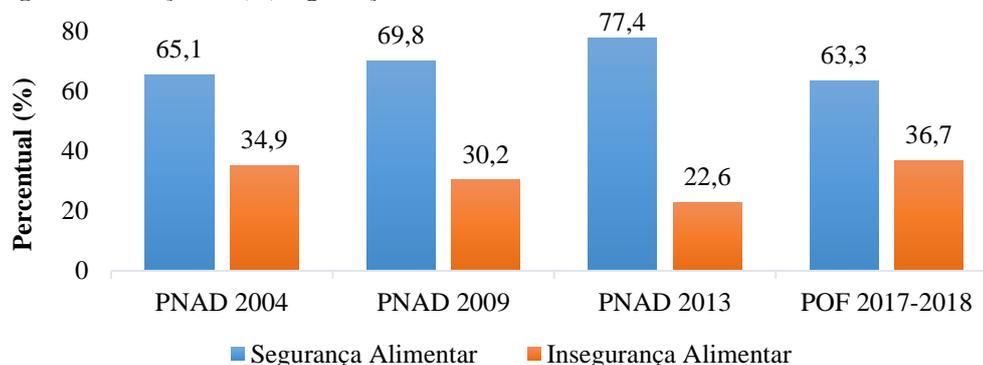
No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é entendida a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que:

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (art. 3) (Brasil, 2006).

A partir do conceito de SAN, verificou-se a preocupação fundamental com o acesso e aquisição de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, seguindo os parâmetros da Segurança Alimentar, Sustentabilidade e Diversidade Cultural. Com o estabelecimento da regulamentação pela Lei LOSAN, analisou-se o aumento dos esforços prioritários destinados ao cenário da SAN brasileira. Entretanto, o problema de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) no Brasil está presente historicamente e desafia o desenvolvimento social e econômico do país, como as pesquisas e levantamentos de dados nacionais e internacionais indicam ao longo dos anos.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) — empregando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), analisando a Segurança Alimentar no Brasil —, divulgada pelo IBGE em 2020, retratou-se que entre 2017 e 2018 ocorreu um aumento no grau de insegurança alimentar nos lares brasileiros em comparação com outros períodos investigados pela instituição (Figura 1). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2017-2018, registrou-se 36,7%, o que corresponde a 25,3 milhões dos domicílios, com insegurança alimentar representando uma piora em relação ao período de 2013, que prevaleceu com um índice de aumento de 63,3% de insegurança quanto ao acesso aos alimentos.

Figura 1: Situação de (In)Segurança Alimentar entre os anos de 2004, 2009, 2013 e 2017-2018



Legenda: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Fonte: IBGE (2020), adaptado.

Como resultado do investimento técnico e prático no campo da Segurança Alimentar, no ano de 2014 a FAO anunciou a saída do Brasil do Mapa da Fome, após reduzir em 82,1% o número de pessoas em situação de fome (FAO, 2016). Entretanto, depois de vários alertas internacionais sobre o aumento da InSAN no Brasil, o país retornou ao Mapa da Fome. Dessa forma, houve aumento de 43,7% no número de domicílios em Insegurança Alimentar Grave no período, o que corresponde a uma estimativa de 10,3 milhões de pessoas em situação de fome (IBGE, 2020). Deve-se ressaltar que o índice de insegurança alimentar ao longo de outros períodos monitorados vinha demonstrando queda desde 2004, quando apresentou 34,9% dos domicílios. Esse número diminuiu mais em 2009, para 30,2%, bem como em 2013 atingindo PNAD de 22,6%.

O cenário da alimentação no Brasil já mostrava sinais de insegurança alimentar e nutricional, sendo que com a pandemia isso agravou-se, tendo em vista os impactos sociais e econômicos que afetam diretamente a qualidade e quantidade de alimentação disponível para as camadas sociais mais vulneráveis (Mattos; Guerin; Cate, 2023). Os impactos sociais e econômicos associados à insegurança alimentar incluem o aumento do desemprego, a diminuição da renda familiar, a interrupção de cadeias de suprimentos, a elevação dos preços dos alimentos e a dificuldade de acesso aos recursos básicos. Tudo isso, contribuiu para uma piora nas condições nutricionais e na qualidade geral da alimentação, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

Para se ter uma perspectiva, um relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) reportou dados alarmantes no Brasil entre 2014 e 2021, a partir do processamento dos dados do *Gallup World Poll*, mostrando que a situação de insegurança alimentar brasileira é alarmante. A proporção de pessoas em famílias com falta de dinheiro para alimentação, em algum momento nos últimos 12 meses, sobe de 17% em 2014, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, para 36% em 2021 (Neri, 2022). Isso representou, infelizmente, um novo recorde anual da série histórica, desde que atingiu o ponto mais alto em 2006, indicando 20%. Durante o período pandêmico ocorreu um aumento expressivo de 30% em 2019 para 36% em 2021.

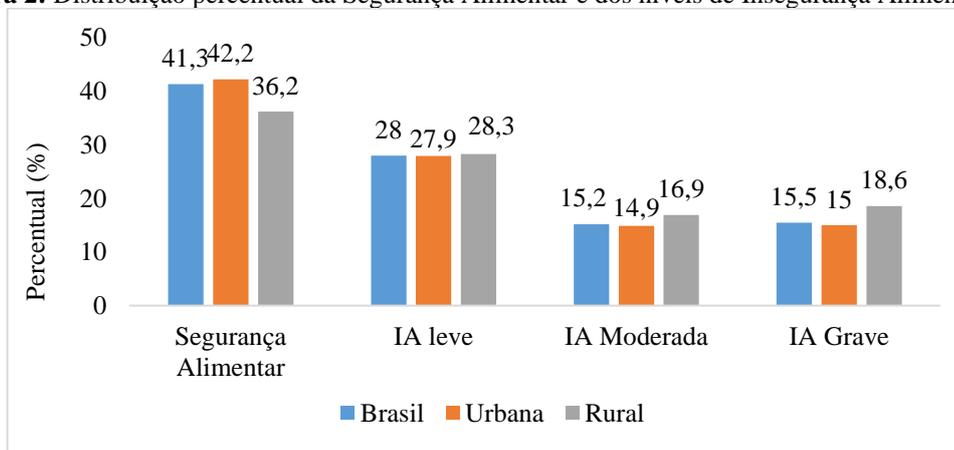
Deve-se ressaltar que em relação à média simples de 120 países, que tiveram um aumento de 1,525 pontos percentuais ao longo dos períodos anteriores, durante e pós-pandemia o Brasil teve um aumento inesperado de 6 pontos percentuais, resultando em diferença maior de 4,48 pontos de porcentagem de insegurança alimentar. Ou seja, o acréscimo percentual foi quatro vezes maior no Brasil. Esses resultados indicam que o Brasil teve maior dificuldade relativa em enfrentar o problema da pobreza durante a crise pandêmica. É a primeira vez desde então que a insegurança alimentar brasileira supera a média simples mundial (Neri, 2022).

Deve se resaltar, também, que ocorreu um aumento na insegurança alimentar entre a parcela da população brasileira 20% mais pobre, saindo de 36% em 2014 para 75% em 2021, um aumento de 39 pontos percentuais. Durante o período pandêmico, experimentou-se um aumento de 22 pontos percentuais, tendo em vista que o percentual saiu de 53% em 2019 chegando a 75% em 2021. Em contraste, a parcela da população brasileira 20% mais rica experimentou uma queda de insegurança alimentar de três pontos percentuais, indo de 10% em 2014 para 7% em 2021, inclusive durante o período pandêmico.

Ainda nessa perspectiva, comparando com a média global de 122 países em 2021, um estudo realizado pela FGV (Neri, 2022) entre os 20% mais pobres no Brasil, durante a pandemia, mostrou que o país chegou próximo (75%) ao nível de países com maior insegurança alimentar, como Zimbábue (80%), Zâmbia (79%) e Serra Leoa (77%), ainda sendo um pouco maior até mesmo que a Venezuela (72%) e o Afeganistão (70%). Por outro lado, os 20% mais ricos experimentaram uma diminuição na insegurança alimentar (7%) de modo a chegar próximo ao da Suécia (5%), país com a menor insegurança alimentar. Percebe-se ainda que na comparação com média global de 122 países em 2021, nossos 20% mais pobres tem 27 pontos percentuais a mais de insegurança alimentar enquanto nossos 20% mais ricos apresentam 14 pontos percentuais a menos.

Recentemente, em pesquisa amostral de 12.745 domicílios brasileiros entre o final de 2021 e início de 2022, empregando a escala EBIA por área urbana e rural, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 demonstrou que, no Brasil, 40,3% dos moradores dos domicílios brasileiros vivem em situação de segurança alimentar, enquanto 58,7% da população convive com insegurança alimentar (IA) em determinado grau, sendo leve (28%), moderado (15,2%) ou grave (15,5%) (Rede PENSSAN, 2022) (Figura 2).

Figura 2: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA)



Legenda: IA – insegura alimentar.

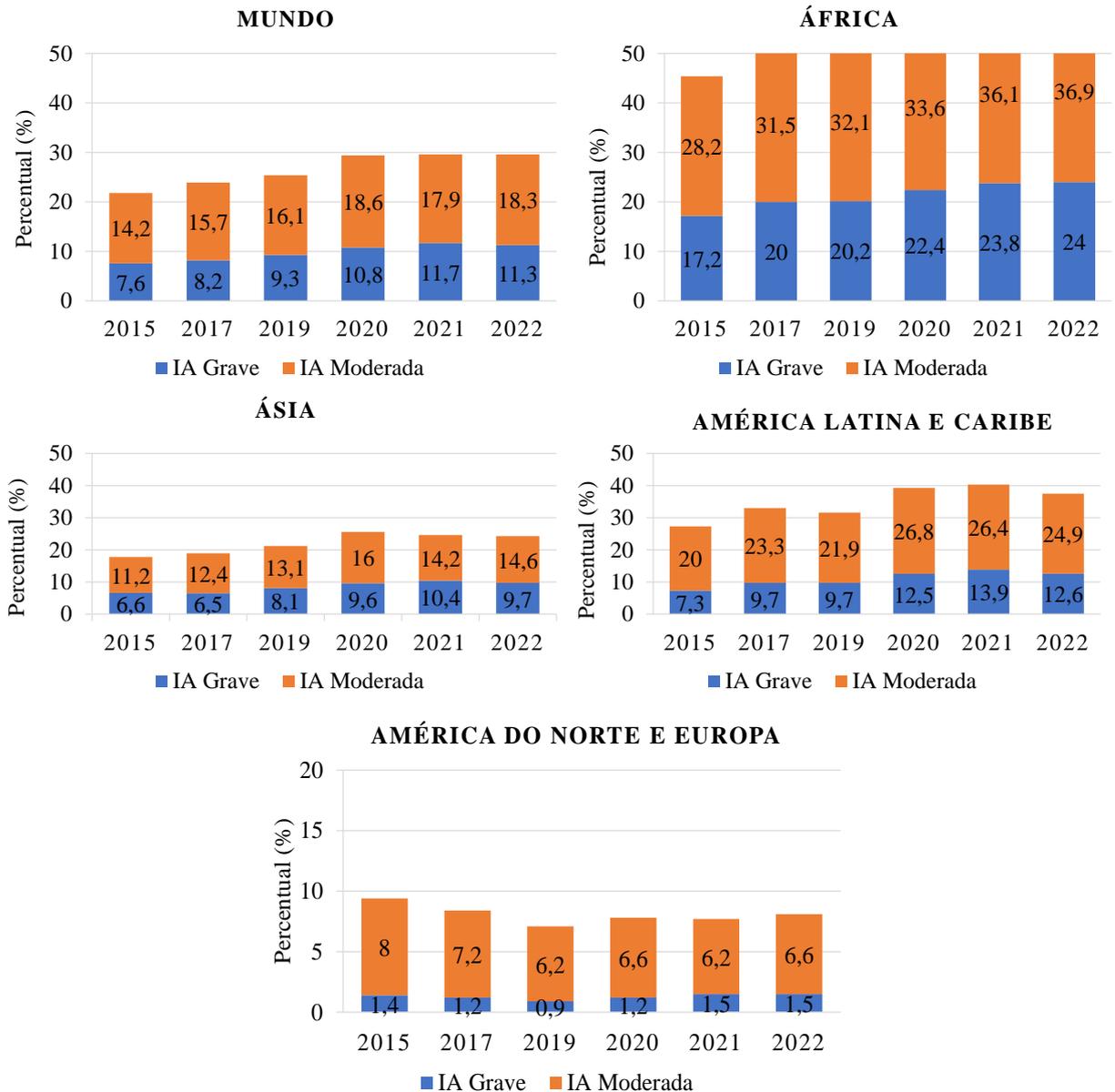
Fonte: Rede PENSSAN (2022), adaptado.

Realizando uma comparação com a mesma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) em 2020, no contexto pandêmico, os dados obtidos revelaram uma piora no cenário entre 2020 e 2022. No ano de 2020, 55,2% dos domicílios brasileiros apresentaram moradores em situação de IA e desses domicílios 34,7% estavam em IA leve, 11,5% em IA moderada e 9,0% em IA grave (Rede PENSSAN, 2023). De modo geral, evidenciou-se um aumento no número de domicílios com IA moderada e grave, enquanto ocorreu conseqüentemente a diminuição dos domicílios em situação de IA leve e em segurança alimentar.

Em 2022, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com insegurança alimentar e mais de 33 milhões com insegurança alimentar grave, isto é, pessoas que não tinham a garantia do que comer. Portanto, houve um incremento de 14 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar (Minayo, 2023). A condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior, comparativamente aos de áreas urbanas, com a IA atingindo mais de 60% dos domicílios e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente (Rede PENSSAN, 2023).

Até aqui, se chamou atenção para as desigualdades geográficas, chamando atenção para as regiões Norte (IA grave = 26%) e Nordeste do país (IA grave = 21%), que apresentaram índices de insegurança alimentar de 71,6% e 68,0%, respectivamente. Entretanto, em contraste, a região Sudeste apareceu com prevalência de segurança alimentar pouco acima da média nacional (45,4%); a região Sul tem cerca de 52% de seus domicílios nessa situação. Deve-se ressaltar que a insegurança alimentar é maior nos domicílios com responsáveis de etnia/cor preta ou parda e naquelas em que a mulher é a pessoa de referência (Rede PENSSAN, 2023).

Por fim, a problemática da insegurança alimentar está presente no mundo e vem sendo monitorada globalmente. Em relatório da FAO, publicado recentemente em 2023, mostrou-se um forte aumento de 2019 para 2020 da prevalência global de insegurança alimentar moderada e grave (Figura 3), sendo níveis bem acima dos níveis anteriores à pandemia de covid-19. Sendo que não apresentou alterações significativas para os anos de 2021 e 2022, de maneira que não houve progresso na insegurança alimentar mundial (FAO *et al.*, 2023).

Figura 3: Prevalência global de insegurança alimentar moderada e grave por regiões do planeta

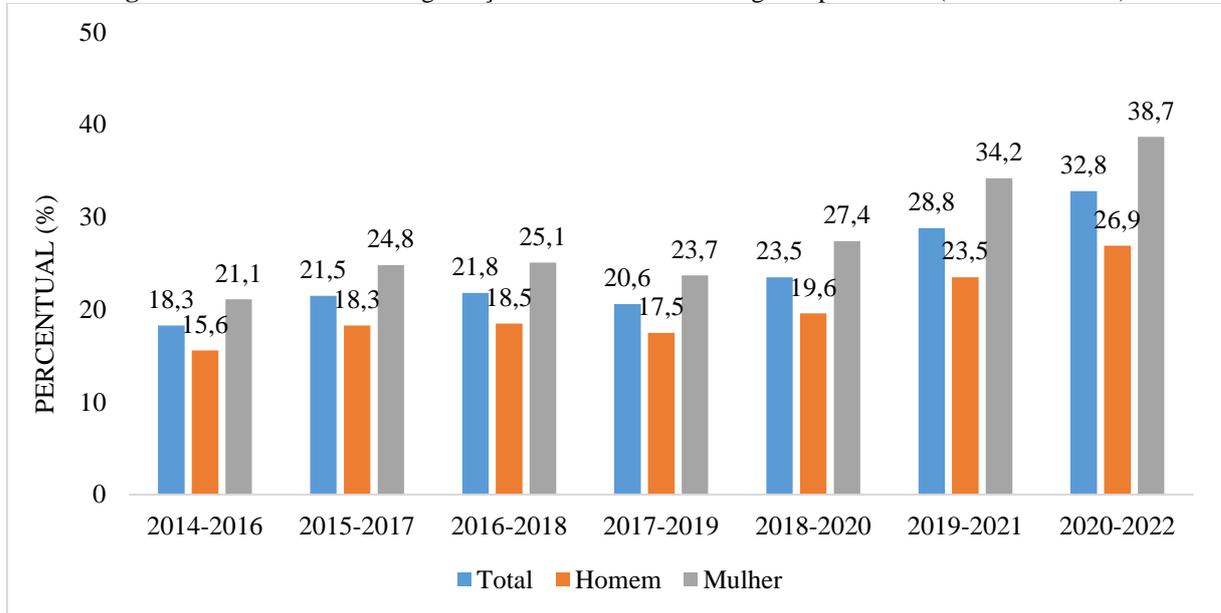
Fonte: FAO *et al.* (2023), adaptado.

O relatório estimou que 29,6% da população mundial (2,4 bilhões pessoas) experimentaram insegurança alimentar moderada ou grave em 2022, o que significa que faltou acesso adequado à comida. Assim, o número de pessoas que passaram fome no mundo representa 391 milhões de pessoas a mais que em 2019, antes da pandemia de covid-19. A África continua sendo a região que mais sofre de insegurança alimentar moderada e grave, seguida em ordem decrescente pela América Latina e Caribe; Ásia; América do Norte e Europa.

A partir dos dados demonstrados pela Figura 4, os números (FAO *et al.*, 2023) para o Brasil indicam que o país passou por um aumento gradual no percentual de IA moderada e grave, mas recentemente se observou uma abrupta mudança nesse cenário. Notou-se uma piora

nos índices de segurança alimentar de modo que entre 2018 e 2020 uma média de 49,7 milhões de indivíduos brasileiros (23,5%) viviam em estado de insegurança alimentar moderada e grave.

Figura 4: Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave percentual (média de 3 anos)



Fonte: FAO *et al.* (2023), adaptado.

Número que continuou aumentando entre 2019 e 2021, também, com 61,5 milhões de pessoas (28,8%), chegando até o atual relatório, referente ao período de 2020 a 2023, que apontou um incremento nesses números, revelando que em média 70,3 milhões de pessoas (32,8%) estão em estado de IA moderada e grave no Brasil (FAO *et al.*, 2023).

Deve-se ressaltar, ainda, que o cenário relatado mostrou que a população adulta feminina foi a que mais enfrentou a situação de insegurança alimentar moderada e grave no Brasil, em relação à população adulta masculina. Em 2021, 31,9% das mulheres no mundo enfrentavam um cenário de insegurança moderada ou grave, acima dos 27,6% apurados entre os homens. A diferença de quatro pontos percentuais também é maior do que a observada em 2020, quando era de três pontos.

3 Hábitos alimentares dos brasileiros

Diante do cenário de (In)Segurança Alimentar, outro agravante e que merece também atenção é o hábito alimentar dos indivíduos, o acesso e aquisição de alimentos. Visando avaliar a tendência de aquisição domiciliar de alimentos, conforme classificação NOVA no Brasil, um estudo realizado por Levy *et al.* (2022) analisou dados de aquisição domiciliar de alimentos provenientes de cinco edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo

IBGE entre 1987 e 1988 e 2017 e 2018. Os dados demonstram um aumento na tendência da participação de alimentos ultraprocessados na dieta da população brasileira em comparação com os alimentos *in natura*, ou minimamente processados, e ingredientes culinários processados.

Em termos relativos, no período 1987-1988, os alimentos *in natura* e minimamente processados e ingredientes culinários processados representavam 80% das calorias consumidas, enquanto os alimentos ultraprocessados contribuíam com apenas 10% da participação calórica. Após 30 anos, em 2017, a soma da participação dos alimentos *in natura*, ou minimamente processados, com os ingredientes culinários passaram a representar 64% das calorias da alimentação, enquanto os alimentos ultraprocessados atingiram cerca de 24% delas (Levy *et al.*, 2022).

Os mesmos autores relataram que esse cenário é preocupante, uma vez que o consumo de tais alimentos está associado ao desenvolvimento de doenças e à perda da qualidade nutricional da dieta. Em estudo sobre a ingestão de alimentos ultraprocessados pela população brasileira e seus impactos sobre o teor de micronutrientes na alimentação, Louzada *et al.* (2023) mostraram que o teor de micronutrientes em alimentos ultraprocessados consumidos pela população brasileira tende a ser inferior ao mesmo teor existente em outros alimentos *in natura*, ou minimamente processados, consumidos.

Assim, pode-se concluir que já existia uma tendência de aumento do consumo de alimentos ultraprocessados pela população brasileira entre os anos preliminares à pandemia de covid-19. No período pandêmico, os hábitos alimentares da população também continuaram sendo impactados. No geral, tais alimentos são ricos em açúcares, gorduras e sódio, comprometendo a qualidade dos nutrientes ingeridos (Fraga *et al.*, 2023). Concomitantemente, percebe-se o consumo reduzido de alimentos *in natura*, tais como frutas, verduras, legumes e oleaginosas (FAO *et al.*, 2020).

Para se ter uma ideia, em recente levantamento de pesquisas sobre a temática, por meio de revisão sistemática, Lemes *et al.* (2023) investigaram as mudanças nos hábitos alimentares de adultos e idosos durante a pandemia de covid-19 no Brasil. As pesquisas indicaram também um cenário preocupante para o Brasil. Evidenciou-se uma redução no consumo de alimentos *in natura*, ou minimamente processados, e aumento no consumo de ultraprocessados, associado ao maior uso de serviços de entrega de comida, serviços de *delivery*⁵.

⁵ Plataformas ou empresas que oferecem a entrega de alimentos diretamente na residência ou local designado do cliente. Esses serviços proporcionam uma conveniência significativa, permitindo que os consumidores solicitem refeições de restaurantes, lanchonetes, ou outros estabelecimentos, e recebam esses itens em casa, no trabalho ou em qualquer local escolhido (Guarnieri; Vieira, 2023).

Evidenciou-se, também, aumento no número de refeições e do preparo de refeições em casa, sendo um ponto positivo observado ao longo da pandemia, embora houve aumento no consumo de bebidas alcóolicas, inatividade física e tabagismo. Hábitos de vida prejudiciais à saúde, como aumento do consumo de álcool, tabaco e inatividade física, podem impactar negativamente a médio e longo prazo no período pós-pandemia (Lemes *et al.*, 2023).

No estudo, com 39.208 indivíduos durante o período pandêmico, Werneck *et al.* (2021) evidenciaram que os consumidores passaram a um consumo elevado de alimentos ultraprocessados, como alimentos açucarados, salgadinhos, congelados e embutidos. Consumo de ao menos um alimento ultraprocessado cinco ou mais dias na semana, sendo um percentual de 10,4% durante o período pandêmico. Também registram que a porcentagem de indivíduos que passaram a ter baixo consumo de frutas ou hortaliças foi maior do que os indivíduos que passaram a consumir ultraprocessados, representando cerca de 17,6%, sendo que esse consumo de fruta e hortaliças foi definido como baixo quando ocorria menos que cinco dias na semana.

Outro exemplo de amplitude nacional foi o inquérito de saúde virtual “ConVid, Pesquisa de Comportamentos”, conduzido pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2021), que contou com a participação de 45.161 indivíduos com 18 ou mais anos de idade durante o momento pandêmico. Nessa perspectiva, em estudo transversal, Malta *et al.* (2020) analisaram os dados do inquérito ConVid sobre os alimentos ultraprocessados. Esses pesquisadores relatam: um aumento na prevalência do consumo de alimentos ricos em açúcar em dois ou mais dias por semana, antes era 41,3%, durante a pandemia 47,1%; um aumento na prevalência do consumo de alimentos congelados, antes era 10,0%, durante a pandemia 14,6%; e um aumento na prevalência do consumo de salgadinhos, antes era 9,5%, durante a pandemia 13,2%. Em contraposição, os autores verificaram uma redução no consumo regular de hortaliças, de 37,3% antes para 33,0% durante a pandemia.

Em outro estudo, também empregando os dados do inquérito de saúde virtual ConVid, Szwarcwald *et al.* (2021) avaliaram o consumo de chocolates e doces, verificando que 47,1% dos participantes consumiam esses alimentos por dois ou mais dias na semana. Esses autores inferiram que apenas 21,8% dos indivíduos consumiam frutas e hortaliças por cinco ou mais dias na semana durante a pandemia.

A alimentação contemporânea, principalmente nos países mais pobres, tem se caracterizado pelo aumento no consumo de alimentos industrializados, processados ou ultraprocessados, cuja distribuição demanda uma extensa organização logística (Fraga *et al.*, 2023). Portanto, diante do exposto, obtêm-se fortes indícios de que essa tendência está ocorrendo no Brasil, tendo em vista o aumento no consumo de alimentos processados e

ultraprocessados e, conseqüentemente, a diminuição do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados antes e durante o período de crise sanitária.

As evidências nacionais e internacionais sobre o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e seu impacto negativo na saúde das populações têm-se fortalecido nos últimos anos (Bortolini *et al.*, 2019). O aumento do consumo de produtos ultraprocessados é uma realidade em diversos países do mundo. Entre 2000 e 2013, o crescimento do consumo de ultraprocessados foi de 43,7% no mundo inteiro, chegando a 114,9% na Ásia e Pacífico, 73,3% na Europa Oriental e 48% na América Latina (PAHO, 2015).

Cabe, portanto, indagar factualmente os aspectos que influenciam essas tendências na escolha da alimentação do ponto de vista nacional e internacional. Fato que está levando a uma padronização da alimentação global disseminada e a um consumo similar (Mattos; Guerin; Cate, 2023) em países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, apesar de seus contrastes econômicos e socioculturais. Deve-se considerar, também, as diversas desigualdades sociais intensificadas, em alguns locais do mundo em maior proporção do que em outros (Garcia, 2003).

Ressalta-se, nesta pesquisa, que a redução no consumo de alimentos ultraprocessados é um caminho natural para a promoção da alimentação saudável no Brasil (Louzada *et al.*, 2023). Nessa caminhada, o Brasil tem como aliado o “Guia Alimentar para a População Brasileira”, visto que os guias alimentares têm um papel estratégico na indução de políticas públicas de alimentação e nutrição, na garantia do direito humano à alimentação e à soberania alimentar (Bortolini *et al.*, 2019). Esse guia é uma importante ferramenta elaborada pelo Ministério da Saúde do Brasil, destinada a orientar a população sobre hábitos alimentares saudáveis. A sua relevância se manifesta em diversos aspectos, como: promoção da saúde; educação nutricional; prevenção de doenças; inclusividade cultural; práticas alimentares que respeitem o meio ambiente; orientações para profissionais da saúde e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição.

4 Considerações finais

Este estudo apresentou e discutiu a problemática da alimentação adequada e da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil visando traçar uma perspectiva entre os cenários ao longo dos períodos antes, durante e pós-pandemia, quando o mundo vivenciou a crise sanitária decorrente da pandemia de covid-19.

As recentes pesquisas e levantamentos disponíveis na literatura permitiram alcançar os objetivos pretendidos, visto que fornecem subsídios para compreender, em uma perspectiva temporal, as mudanças ocorridas ao longo dos anos quanto aos hábitos alimentares, assim como ao estado de (In)Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira.

Demonstrou-se, aqui, que aumentou a (In)Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira, ao passo que também teve tendência de acréscimo no consumo de alimentos ultraprocessados. Ambos os problemas já tinham cenário de crescimento e, com o estabelecimento da crise sanitária, uma intensificação foi observada que tende a se estabelecer diante do cenário social e econômico atual do país nas próximas décadas.

Referências

BORTOLINI, G. A. *et al.* Guias alimentares: estratégia para redução do consumo de alimentos ultraprocessados e prevenção da obesidade. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, n. 59, 2019. DOI: doi.org/10.26633/RPSP.2019.59 Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51333>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 30 jan. 2024.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020. DOI: doi.org/10.1590/0034-761220200170. Disponível em: scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 jan. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) *et al.* **The state of food security and nutrition in the world 2020: transforming food systems for affordable healthy diets**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9692en/ca9692en.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

FRAGA, L. K. *et al.* Regimes alimentares e o delineamento da insegurança alimentar e nutricional no Brasil: resistências e contramovimentos. **Revista Grifos**, v. 32, n. 60, p. 1-19, 2023. DOI: doi.org/10.22295/grifos.v32i60.7325. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc6550es/cc6550es.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Boletim Observatório COVID-19**. Boletim Extraordinário. 2021.

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. **Revista Línguas & Letras**, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193/10642>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 4, p. 483-492, 2003.

Disponível em:

researchgate.net/publication/26371331_Reflexos_da_globalizacao_na_cultura_alimentar_consideracoes_sobre_as_mudancas_na_alimentacao_urbana. Acesso em: 30 jan. 2024.

GUARNIERI, F.; VIEIRA, F. G. D. Rede de *delivery* de comida e seus atores: práticas de consumo e de mercado. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 29 n. 1, p. 66-97, 2023.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/122078/88254>. Acesso em: 30 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 65 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LEMES, N. C. *et al.* O que aprendemos sobre consumo alimentar durante a pandemia de COVID-19 no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, p. 1-17, e023013, 2023.

DOI: doi.org/10.20396/san.v30i00.8671092. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8671092/32023. Acesso em: 30 jan. 2024.

LEVY, R. B. *et al.* Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA–Brasil, 1987–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, 2022. DOI:

doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004570. Disponível em: https://rsp.fsp.usp.br/wp-content/uploads/articles_xml/1518-8787-rsp-56-75/1518-8787-rsp-56-75-pt.x68782.pdf.

Acesso em: 30 jan. 2024.

MALTA, D. C. *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, e2020407, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400026>. Disponível em:

scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v29n4/2237-9622-ess-29-04-e2020407.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

MATTOS, A. C. E.; GUERIN, M.; CATE, L. N. S. T. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: cenário anterior e posterior ao início pandêmico. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, p. 1-18, e023015, 2023. DOI: dx.doi.org/10.20396/san.v30i00.8667645. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8667645/32010>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MINAYO, M. S. Comer bem é também garantir a segurança nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, 2023. DOI: dx.doi.org/10.1590/1413-81232023287.05712023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/LXpyDY5sDjBZf4Dwh3rhKHx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

NERI, M. **Insegurança no Brasil**: pandemia, tendências e comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020.

OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Caderno de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, 2020. DOI:

doi.org/10.1590/0102-311X00055220. Disponível em:
scielo.br/j/csp/a/TBP3jQfHtrcNpYJ4zQvXzQk/?format=pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Superação da fome e da pobreza rural**: iniciativas brasileiras. Brasília: FAO, 2016.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO) *et al.* **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023**: urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano. Versión resumida. Roma: FAO, 2023. DOI: doi.org/10.4060/cc6550es. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc6550es/cc6550es.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

PAN-AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Ultra-processed food and drink products in Latin America**: trends, impact on obesity, policy implications. Washington, DC: PAHO; 2015. Disponível em: http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/7699/9789275118641_eng.pdf. Acesso em: 22 jul. de 2023.

REDE PENSSAN (coord.). **II VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. Coordenação de Renato Maluf. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, 2020. DOI: doi.org/10.1590/0034-761220200258. Disponível em: scielo.br/j/rap/a/vhSmZVxSzr8LZVbFMLbJNMR/?format=pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

SZWARCWALD, C. L. *et al.* Factors affecting Brazilians' self-rated health during the COVID-19 pandemic. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, p. e00182720, 2021. DOI: doi.org/10.1590/0102-311X00182720. Disponível em: scielo.br/j/csp/a/x56Q8NJ8xBb8FPYKJW38VXN/?format=pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

WERNECK, A. O. *et al.* Association of sedentary behaviours and incidence of unhealthy diet during the COVID-19 quarantine in Brazil. **Public Health Nutrition**, v. 24, n. 3, p. 422-426, 2021. DOI: doi.org/10.1017/S1368980020004188. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33087204/>. Acesso em: 30 jan. 2024.